XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

DIREITO, ARTE E LITERATURA

DANIELA MESQUITA LEUTCHUK DE CADEMARTORI

LUCIANA COSTA POLI

REGINA VERA VILLAS BOAS

Copyright © 2015 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP
Secretário Executivo -Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR
Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches - UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)
Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias
Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC
Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU
Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC
Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC
Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM
Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA
Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladmir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direito arte e literatura [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS;
Coordenadores: Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori, Luciana Costa Poli, Regina Vera Villas Boas– Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-047-3
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA: contribuições para os objetivos de desenvolvimento do Milênio.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Arte. 3. Literatura. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS (24. : 2015 : Aracaju, SE).

CDU: 34

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

DIREITO, ARTE E LITERATURA

Apresentação

XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI DIREITO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA: CONTRIBUIÇÕES PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DIREITO, ARTE E LITERATURA

É com grande alegria que as Coordenadoras Professoras Doutoras Regina Vera Villas Bôas, Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori e Luciana Costa Poli apresentam os artigos que foram expostos no Grupo de Trabalho (GT- 18)Direito, Arte e Literatura, o qual compôs, juntamente com quarenta e quatro Grupos de Trabalho, o rico elenco de textos científicos oferecidos no XXIV Encontro Nacional do CONPEDI, que recepcionou a temática Direito, Constituição e Cidadania: contribuições para os objetivos de desenvolvimento do Milênio, realizado na cidade de Aracaju (Sergipe), nos dias 03, 04, 05 e 06 de junho de 2015.

OXXIV Encontro Nacional do CONPEDI propiciou ampla e preciosa integração educacional, ao recepcionar escritos de autores oriundos de distintas localidades do território nacional e, também,de outras nações, aproximando suas culturas e filosofias. Incentivou estudos, pesquisas e discussões sobre os Direitos Humanos e Fundamentais, a Constituição da República Federativa do Brasil, a Cidadania, buscando contribuir com os objetivos de desenvolvimento do milênio. Para tanto, recepcionou artigos que se referiam, notadamente, à problemática social contemporânea, envolvente de temas jurídicos importantes e atuais,o que foi revelado por cada conteúdo expresso nos artigos científicos exibidos nos variados Grupos de Trabalhos, durante o período de realização do XXIV Encontro Nacional do CONPEDI.

A presente Coordenação acompanhou a exposição dos artigos junto ao Grupo de Trabalho (GT-18), o qual selecionou textos que trouxeram aos debates relevantes discussões sobre o Direito, a Arte e a Literatura. Aos temas abordados nas pesquisas foram trazidos ao mundo jurídico, a partir de clássicos do cinema, da poesia, do teatro, da música e de obras literárias, notadamente. Os artigos expostos apontaram polêmicas de uma sociedade pós-moderna, complexa, líquida e insegura, apresentando, em algumas ocasiões, caminhos de solução, ou pelo menos de possibilidade de conhecimento transformador das realidades do mundo, desafiando a efetividade dos direitos humanos e fundamentais, no contexto da sociedade contemporânea.

Foram abordadas disciplinas e matérias relevantes que trouxeram à baila temas sócio-jurídicos atuais e de interesse social, entre os quais:construção da solidariedade social; direitos da mulher; direito à liberdade; direito à liberdade de expressão; direito humano à dignidade; instrumentos de controle social; políticas públicas de desenvolvimento social.

Pode-se afirmar que os textos selecionados foram construídos a partir de bases filosóficas seguras, as quais permitiram amplas reflexões a respeito da necessidade de o homem contemporâneo se preocupar com a busca dos valores de sua essência, a partir da concepção do conceito de dignidade que envolva o respeito ao seu semelhante, e não semelhante, valorando o homem, o meio ambiente, a sustentabilidade e a preservação da natureza para a presente e as futuras gerações. Valores clássicos e contemporâneos como a igualdade, a liberdade, e a fraternidade, entre outros, foram recordados no contexto da valoração da vida saudável e da constatação das sociedades dos riscos e das violências.

A seguir,relaciona-se os nomes dos Autores e dos títulos dos Artigos científicos apresentados no evento alguns deles produzidos em coautoria todos tratando da temática abordada no Grupo de Trabalho (GT 18) Direito, Arte e Literatura.Brilhantes autores levaram excelentes textos científicos ao XXIV Encontro Nacional do CONPEDI, merecendo todos eles os cumprimentos pelas exibições. Todos os textos aqui assinalados compõem Obra Coletiva, a ser disponibilizada eletronicamente, com a finalidade de ampliar as reflexões sobre os temas apresentados no evento:

NOMES DOS AUTORES E DOS RESPECTIVOS TÍTULOS DOS TEXTOS EXIBIDOS NO GRUPO DE TRABALHO (GT 18) DIREITO, ARTE E LITERATURA

1 Na tercia Sampaio Siqueira

Rafael Marcílio Xerez (ausente no evento)

A concretização do direito como arte: harmonizando Apolo e Dionísio

2 - Margareth Vetis Zaganelli

Miriam Coutinho de Farias Alves

A dialética do corpo na narrativa de Clarice Lispector: a feminilidade e os direitos da mulher na via crucis do corpo

3 - Virna de Barros Nunes Figueiredo

A relevância da literatura na construção da solidariedade social à luz do pensamento de Richard Rorty

4 - Ivan Aparecido Ruiz

Pedro Faraco Neto (ausente no evento)

Análise da música Construção: forte crítica à alienação humana e à (ideológica) Teoria do Mínimo Existencial

5 - Arthur Ramos do Nascimento

Análise jurídica dos contratos de submissão (e dominação): considerações sobre os direitos de liberdade e dignidade da pessoa humana o direito contratual em Cinquenta Tons de Cinza

6 - Frederico de Andrade Gabrich

Arte, storytelling e direito

7 - Luciana Pereira Queiroz Pimenta Ferreira

Cândice Lisbôa Alves (ausente no evento)

Da Capitu machadiana às Capitus do século XXI: o lugar da mulher no intercâmbio entre direito e literatura, à luz do romance Dom Casmurro

8 - Francielle Lopes Rocha

Valéria Silva Galdino

Da transfobia e do estupro corretivo no filme Meninos Não Choram

9Caroline Christine Mesquita

Daniela Menengoti Ribeiro (ausente no evento)

Discrímen Razoável frente à Relativização da Justiça Humana: análise do filme Deus da Carnificina

10 - Sergio Nojiri

Roberto Cestari

Interdisciplinaridade: o que o direito pode aprender com o cinema

11 - Queila Rocha Carmona dos Santos

Alexandre Bucci(ausente no evento)

Interfaces entre direito, filosofia e cinema: uma análise jurídico-filosófica da ética em Kant sob a perspectiva do filme Concorrência Desleal de Ettore Scola

12 - Juliana Ervilha Teixeira Pereira

Intermitências da Morte: a dignidade da pessoa humana, a autonomia e o dever de viver

13 - Marcos José Pinto

Laranja Mecânica (o filme): análise discursiva do controle social sobre o indivíduo à luz de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Enrique Marí

14 - Juliana Cristine Diniz Campos

O Brasil de Peri e o advento da República: a construção da ideia política de nação pela literatura brasileira do século XIX

15 - Marcelo Dias Ponte

Zaneir Gonçalves Teixeira(ausente no evento)

O centenário da seca do Quinze: reflexões sobre a obra de Rachel de Queiroz no contexto das políticas públicas de desenvolvimento regional

16 - Isabela Maria Marques Thebaldi

Iana Soares de Oliveira Pena

O filme A Pele que Habito e os limites da autonomia privada nos atos de modificação corporal: uma análise à luz do princípio da dignidade humana

17 - João Luiz Rocha do Nascimento

Reflexões sobre a equivocada aposta da dogmática jurídica na manutenção o dos embargos de declaração, o Macunaíma do direito brasileiro

18 - José Antonio Rego Magalhães

Lívia de Meira Lima Paiva (ausente no evento)

Representação e interrupção: uma discussão entre direito e teatro a partir de Walter Benjamin e Bertold Brecht

19 - Anne Greice Soares Ribeiro Macedo

Seres de Papel figuras e rasuras ou quando o direito bate às portas da arte

19 - Renato Duro Dias

Séries de animação: diálogos entre direito, arte e cultura popular

20 - Douglas Lemos Monteiro dos Santos

Um olhar jurídico sobre as relações intersubjetivas em A Hora da Estrela: quando o direito vem em socorro de Macabéa

21 - Leyde Aparecida Rodrigues dos Santos

Daisy Rafaela da Silva(ausente no evento)

O Leitor e O Juri: análise jurídica da sétima arte

COORDENADORES DO G.T. DIREITO, ARTE e LITERATURA

Regina Vera Villas Bôas

Pós-Doutora em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade deCoimbra/Ius Gentium Conimbrigae.Graduada em Direito, Mestre em Direito Civil, Doutora em Direito Privado e Doutora em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica deSão Paulo. Professora e Pesquisadora nos Programasde Mestrado em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos do UNISAL- Lorena (SP)e nos Programas de Graduação ede Pós-Graduação- lato estricto sensu em Direitos Difusos e Coletivos e em Direito Minerário, ambos da PUC/SP. Contato: regvboas@terra.com.br

Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori

Graduada em História e Direito pela Universidade Federal de Santa Maria RS (1984; 1986), mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993;2001) e pós-doutorado pela UFSC (2015). Atualmente é professora da graduação e pós-graduação em Direito da Unilasalle (Canoas RS). Contato: daniela.cademartori@unilasalle.edu.br

Luciana Costa Poli

Professora visitante no programa de mestrado na UNESP. Doutora em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Direito e Instituições Políticas pela Universidade FUME/MG. Bacharela em Direito pela PUC/MG

O BRASIL DE PERI E O ADVENTO DA REPÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DA IDEIA POLÍTICA DE NAÇÃO PELA LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

LE BRÉSIL DE PERI ET LETABLISSEMENT DE LA REPUBLIQUE: LA CONSTRUCTION DE LIDEE POLITIQUE DE NATION PAR LA LITTERATURE BRESILIENNE DU XIXEME

Juliana Cristine Diniz Campos

Resumo

Busca-se investigar de que modo a arte e, mais especificamente, a literatura foi utilizada na construção do ideário político do Brasil do século XIX. Entendida como instrumento do processo de cristalização da identidade nacional a partir da exaltação da natureza exótica e das virtudes do nativo, a literatura romântica é utilizada com uma clara função simbólica e ideológica no advento das instituições republicanas, para além de seu papel recreativo declarado. O artigo analisa, ainda, o papel que a literatura teve no projeto civilizatório da República, por meio da educação em costumes na burguesia urbana. O trabalho apresenta uma análise interdisciplinar entre literatura, arte, história, direito e política para o fim de aprofundar a investigação sobre os processos de construção identitária no período imperial brasileiro.

Palavras-chave: Identidade nacional; indigenismo; simbologia; republicanismo.

Abstract/Resumen/Résumé

On recherche lutilisation de lart et de la litterature pour la construction des symboles politiques dans le Brésil du XIXème. Comprise comme moyen du processus de formation de l identité nationale par affirmation de la nature exotique e des virtues du natif, la litterature romantique est utilisée avec une fonction ideologique et politique. Larticle analyse l importance de la litterature pour léducation morale de la bourgeousie urbaine.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Identité nationale; indigenisme; symbologie; republicanisme.

1. INTRODUÇÃO

A criação literária, na qualidade de produto cultural, está impregnada de historicidade e pode nos indicar, através de suas representações, de que modo determinada sociedade hierarquiza seus valores e organiza as relações entre os indivíduos. Nessa perspectiva, entendida a obra como documento, a imagem ou narrativa pode ser submetida à interpretação histórica, pois é na "própria superfície material dos textos que se revela o papel ordenador e constitutivo dos códigos sociais, políticos, linguísticos e estéticos que operam na organização das práticas culturais" (VELOSO; MADEIRA, 1999:46).

Considerando essa premissa, este trabalho busca analisar de que modo o discurso literário favoreceu a construção da identidade brasileira desde a independência da metrópole portuguesa, através do desenvolvimento do nacionalismo ufanista e do movimento indigenista. A análise utilizará como fonte histórica a obra "O Guarani", de José de Alencar. A seleção da obra diz respeito tanto ao seu alcance popular como à sua repercussão nas demais formas de representação artística[1]. O autor é especialmente emblemático na literatura brasileira do século XIX, na medida em que José de Alencar atribui a si e à classe dos escritores uma função claramente política: a de promover a educação do povo, através da civilização nos costumes e da difusão do sentimento nacionalista.

O século XIX mostra-se um período rico para os estudos de formação identitária nas ex-colônias europeias. "No Brasil e, em certa medida, em toda a América Latina, esse é considerado um momento privilegiado para a observação de como foi organizado o campo intelectual" (VELOSO; MADEIRA, 1999:62).

Para alcançar o objetivo deste trabalho o caminho traçado é, no primeiro item, analisar como a arte atua enquanto sistema simbólico de comunicação, favorecendo sua utilização pelos atores políticos no processo histórico de construção da identidade pela manipulação do imaginário social. Observamos o contexto em que se deu a criação do

[1] A figura do personagem Peri, para além de seu local "literário", transcendeu o âmbito do romance de Alencar para ocupar a figura mítica do selvagem brasileiro, bom por natureza e fiel à moralidade cristã. Referências ao personagem podem ser encontradas não apenas na literatura, mas em peças musicais e artísticas diversas, como a ópera de Antônio Carlos Gomes, *O Guarani*, apresentada pela primeira vez em Milão em 1870.

estado brasileiro como estado independente, apontando a percepção da necessidade de uma ideia de Brasil que motivasse os indivíduos ao respeito às instituições. No segundo item, buscamos estabelecer, no que tange ao método, como a literatura pode servir de instrumento para a compreensão da estruturação da sociedade em um determinado espaço e tempo, para além da crítica estética. O discurso literário é visto como modalidade de discurso histórico que nos auxilia a compreender determinados modelos de ordenação social. Por fim, concluímos com a análise da obra "O Guarani", de José de Alencar, na qualidade de romance marco do movimento indigenista no Brasil.

A interlocução entre Direito e Literatura pode ser útil como recurso hermenêutico, especialmente no que tange à compreensão da dinâmica constitucional e política do primeiro período republicano brasileiro. Para além de sua função instrumental, o direito positivo e, com mais ênfase, a constituição assumem o papel político e cultural de favorecer a união nacional em torno de valores comuns, contribuindo para a cristalização dos símbolos lançados pelas artes. A compreensão do sentido atribuído à constituição, da sua dinâmica de aplicação e efetividade, bem como do papel dos poderes constituídos na perpetuação de um sentido de Brasil é favorecida por uma análise interdisciplinar que mude o foco dos documentos estritamente jurídicos: a literatura é vista, assim, como uma fonte igualmente rica de significados políticos que favorecem a interpretação histórica do advento da república no Brasil.

A análise, portanto, parte do pressuposto metodológico de que, no caminho de construção identitária, os limites entre os diversos campos de saber e cultura (direito, artes plásticas, artes dramáticas, música, política, etc) se mostram difusos, ainda que convergentes na tarefa de forjar um sentido de Brasil por meio da perpetuação de uma simbologia nacional própria.

2. A ARTE COMO SISTEMA SIMBÓLICO DE COMUNICAÇÃO E SUA ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA

No Brasil do século XIX, logo após a independência da metrópole e na articulação da experiência republicana, com a ameaça da desagregação territorial e diante da necessidade de criação de um estado nacional, mostrava-se indispensável a construção de

uma identidade, uma ideia de Brasil que pudesse favorecer o senso de pertencimento dos indivíduos em relação à nação, garantindo-se a permanência das instituições.

A realidade brasileira do século XIX era caracterizada pela heterogeneidade cultural, intensificada pela extensão territorial. Assim, "o Brasil dos meados do século XIX não era só constituído por vários Brasis, regionalmente diversos: também por vários e diversos Brasis quanto ao tempo ou à época vivida por diferentes grupos da população brasileira" (FREYRE, 2008:61). Essa diversidade de práticas e modos de relacionamento social ressaltava a necessidade de criar uma identidade comum, um corpo de representações capaz de mobilizar os indivíduos. Para Veloso e Madeira, *a ideia* [de Brasil] "foi construída e disseminada principalmente pela Literatura e pela História, discursos portadores de valores localistas e metropolitanos, tidos por universais" (VELOSO; MADEIRA, 1999:62).

A transferência da corte portuguesa para a colônia, em 1808, seguida e a conquista da Independência em 1822 representam a criação de uma nova dinâmica para a vida social no Brasil, importando no surgimento de novas estratégias culturais que assumem o objetivo de *civilizar* a sociedade local. Desse modo, a "transformação política do status do país" exige "a criação de formas de organização e reordenamento político-institucionais" que terão repercussão não apenas sobre a estruturação do Estado, mas sobretudo sobre a articulação de novos espaços de relacionamento social, por meio dos quais torna-se possível o desenrolar do processo civilizatório através da arte (VELOSO; MADEIRA, 1999:63).

O processo de construção identitária, reconhecida sua intencionalidade e sua função política, será composto primordialmente pelas manifestações artísticas locais (ainda que, em grande parte, moldadas pelo olhar estrangeiro), a partir da articulação das representações de nação na música, na literatura e nas artes plásticas, com as quais se alcança uma certa coesão de sentido do que é ser brasileiro. Segundo as intérpretes:

> A literatura é, nesse momento, a "expressão dos Estados nacionais" por excelência, comprometida que estava com o projeto de construção da nacionalidade. Por isso a literatura, sempre pronta a abraças causas e ideais, é dotada de um caráter militante, documental (VELOSO; MADEIRA, 1999:71).

O intento civilizatório era composto não apenas pelo ideário nacionalista, mas também pela criação de modelos de comportamento que servissem às famílias no

ambiente urbano, em face do desenvolvimento das cidades. Numa dinâmica que relacionava construção da nação e educação nos costumes, tem-se um conjunto de obras e escritores cuja análise pode auxiliar na compreensão de como esse mecanismo – a arte – foi colocado a serviço do projeto nacional.

O nome de José de Alencar (1829-1877) pode ser bastante útil para ilustrar essa dinâmica: autor de uma dezena de obras, o escritor cearense mostrou-se preocupado com a difusão, pela literatura, das diferentes realidades regionais que *representariam* o Brasil, sem deixar de promover a educação em costumes das famílias da cidade. Sua incursão não se restringiu à literatura indigenista, com o Guarani (1857) e Iracema (1865), mas também a romances de teor regional como O Gaúcho (1870) e O Sertanejo (1875), além dos urbanos Senhora (1875) e Lucíola (1862), em grande maioria publicados em formato de folhetim, destinados a um público predominantemente feminino[2].

O autor deixa explícita a função moralizadora da literatura através da comédia *O Demônio Familiar*, representada pela primeira vez em 5 de novembro de 1857 no Teatro Ginásio Dramático, no Rio de Janeiro. O enredo é baseado na figura de Pedro, escravo doméstico que deseja casar os seus donos com parceiros abastados, a fim de se tornar cocheiro. No texto *A Comédia Brasileira*, o escritor esclarece o seu objetivo ao escrever a obra:

> O público, que ouve de bom humor, diz que consegui o primeiro fim, o de fazer rir; os homens os mais severos em matéria de moralidade não acham aí uma só palavra, uma frase, que possa fazer corar uma menina de quinze anos (ALENCAR, 2003:29).

Nesse processo, percebe-se que a literatura encenada utiliza-se dos recursos da naturalidade para educar o público em valores, ressaltando-se a importância da família, do trabalho, do casamento, etc. Para Faria, "a comédia realista será uma fotografia da sociedade burguesa, mas sempre uma fotografia melhorada no desfecho" (FARIA, 2003:9). Assim, tem-se que:

> Com esse tipo de dramaturgia, o escritor valorizava o seu ofício e punha a sua arte a serviço do país, buscando sensibilizar o cidadão para os valores éticos da burguesia que deviam reger a sua existência, se quisesse fazer parte de uma sociedade moderna (FARIA, 2003:9).

[2] Freyre ressalta o costume de *iaiás que passavam languidamente os dias a tagarelar, às vezes nas janelas abalcoadas; ou lendo as novelas mais recentes do Macedo ou de Alencar*. FREYRE, 2008, pg. 82.

Constata-se, nesse exemplo, como a arte teve essa função no Brasil do século XIX, educadora e transformadora da cultura, a partir da recriação dos costumes e do desenvolvimento do senso nacionalista, considerando que o ideal civilizatório não se esgotava na construção dos símbolos nacionais. Para Candido, a arte pode ocupar essa função por constituir um sistema simbólico por meio do qual a comunicação pode ser realizada com maior facilidade pela força da expressividade do discurso artístico. Segundo o crítico, a literatura "requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma 'comunicação' "(CÂNDIDO, 2010b:147).

Através das mensagens literárias – associadas a representações musicais, monumentos, telas – buscava-se construir, no imaginário social, uma ideia de Brasil associada a um certo modelo de comportamento, a partir de um processo de "redefinição da identidade coletiva". Para Carvalho:

> O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas (CARVALHO, 2009:10).

A literatura atuaria, desse modo, como mecanismo de *cristalização* ou *objetivação* de um ideário (VELOSO; MADEIRA, 1999:62), favorecendo a difusão da simbologia criada para forjar a identidade nacional. Para alcançar esse fim, temos o artista que "recorre ao arsenal comum da civilização" (CÂNDIDO, 2010c:32), identificando imagens, temas, elementos que possam favorecer o processo comunicativo.

A associação direta entre arte e política no Brasil do século XIX é capaz de explicar a força que as instituições tiveram para o processo civilizatório. O desenvolvimento das artes, portanto, passa pela mão do estado, interessado em plasmar a ideia de Brasil e de homogeneidade nacional.

Trata-se, rigorosamente, de um movimento pela construção da história da nação jovem, a história que ainda carecia ser escrita. O Brasil é visto como nação promissora, cuja importância deve o historiador ressaltar em seus relatos, conforme salienta von Martius em texto paradigmático da época, no qual há uma postura autoreflexiva sobre o próprio papel do estudioso da história:

> Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas (MARTIUS, 1956: 456).

Identifica-se, nessa passagem originariamente publicada em 1845, como a ciência – e com semelhante fim, a arte – foi colocada a serviço do ideal civilizatório, a partir do desenvolvimento de determinados sentimentos (de pertença, amor à pátria, etc) nos brasileiros. O movimento indigenista, nesse aspecto, ao recorrer ao Brasil natural, ao contexto de colonização do território, atua através da manipulação da memória (LE GOFF,1996:462), utilizando-se de símbolos já difundidos e associando-os a outros, novos, recriando, plasticamente, o próprio significado do arsenal simbólico, e, consequentemente, a noção de brasilidade do século XIX.

O recurso à memória é uma característica especial do movimento indigenista – percebido com toda a sua força em *O Guarani* – na medida em que a educação em costumes pela literatura tinha por pano de fundo a representação de um ambiente reconhecidamente brasileiro. A memória, assim, "é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia*"* (LE GOFF, 1996:476). Em *O Guarani*, observamos a construção de uma narrativa que intencionalmente busca contribuir para a formação de uma identidade, através do recurso a elementos simbólicos da memória do primeiro Brasil – o Brasil selvagem, indígena, controlado e orientado pelo pai português, simbolizado pelo personagem Dom Antônio de Mariz.

A narrativa desenvolvida em *O Guarani* é especialmente rica em elementos que podem contribuir para a compreensão da sociedade brasileira no século XIX, considerando a relação estabelecida entre política e arte. A literatura surge, então, como uma forma de recontar a história oficial, enriquecendo-a de símbolos, narrativas e ideias que passam a compor a memória coletiva no que diz respeito à representação do Brasil.

3. MÉTODO SOCIOLÓGICO DE ANÁLISE LITERÁRIA: O PAPEL DO AUTOR NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Utilizar-se da literatura como instrumento de análise histórica exige do intérprete cuidado especial quanto ao método de trabalho, na medida em que, para além das usuais orientações psicológicas tradicionalmente associadas à crítica, mostra-se necessária a identificação das orientações sociológicas e antropológicas (CÂNDIDO, 2010c:27) que condicionaram a elaboração do documento. No caso específico deste trabalho, busca-se identificar os efeitos que determinado discurso, promovido pela literatura, tiveram (ou pretenderam ter) sobre a organização da sociedade e dos costumes no Brasil do século XIX.

Considerando-se as orientações sociológicas salientadas por Candido, é possível identificar dois movimentos da relação entre arte e sociedade, que constituem campos de análise diversos: a influência do meio sobre a arte e, ainda, a influência da arte sobre o meio. Isso porque, no dizer de Candido, "a arte é social nos dois sentidos: depende das ações do meio e produz nos indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando o sentimento dos valores sociais" (CÂNDIDO, 2010c:30).

Tais movimentos, embora coexistentes, revelando uma interação dialética na criação artística, podem ser separados para fins de estudo, de modo a ressaltar as suas características e o seu funcionamento. Segundo Candido:

> Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzirem a uma interpretação coerente. Mas nada impede que cada crítico ressalte o elemento de sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra (CÂNDIDO, 2010c:17).

Especificamente em *O Guarani*, se observa que a temática escolhida pelo autor, constitutiva da estrutura da obra, é especialmente significativa no que tange ao discurso pela criação da identidade brasileira no século XIX. "Os discursos literários e científicos de então foram os responsáveis pela criação da ideologia nativista, que se desdobrou em narrativas e imagens da natureza tropical e do índio" (VELOSO; MADEIRA, 1999:62). Para Veloso e Madeira, essa ideia de Brasil como grande território selvagem e de natureza rica e exuberante foi ressaltada no imaginário pela produção das missões artísticas e

científicas, que condicionaram não apenas o olhar do estrangeiro sobre o Brasil mas do próprio artista brasileiro sobre a sua terra (VELOSO; MADEIRA, 1999:65).

É curioso ressaltar, nesse ponto, as contradições do projeto civilizatório, na medida em que, ao mesmo tempo que se buscava um conjunto de representações tipicamente brasileiras, construídas por artistas brasileiros, os autores, escultores, pintores ainda utilizavam por parâmetro estético a produção da metrópole. Leyla Perrone-Moysés ressalta a dinâmica das relações culturais entre Brasil e França (que nos interessa pelo fato de Alencar ter se inspirado, manifestamente, nos grandes romancistas franceses) nos seguintes termos:

> O que pretendo mostrar é que a história das relações culturais do Brasil com a França é menos tranquila do que geralmente se diz, e que, mesmo nos momentos mais idílicos, houve tensões e discordâncias. Cada momento de forte influência francesa foi igualmente um momento de recusa dessa influência, por parte da intelectualidade brasileira. [...] As relações pontuais de rejeição têm estado quase sempre ligadas à busca da identidade nacional e à assunção de um projeto mais vasto, um projeto pan-americanista ou latino-americanista (PERRONE-MOYSÉS, 2007:51).

Na literatura de Alencar, é possível identificar uma intencional motivação transformadora, o autor que se coloca no papel de educador, de redefinidor dos costumes e das tradições a partir da perspectiva da família urbana, burguesa, ilustrada. Faria, tratando especificamente da obra teatral de Alencar, ressalta que, através da criação literária, "o escritor valorizava o seu ofício e punha a sua arte a serviço do país, buscando sensibilizar o cidadão para os valores estéticos da burguesia que deviam reger a sua existência" (FARIA, 2003:9).

Essa intencionalidade é compreendida, ainda, pela identificação do lugar social do autor, considerando a estreita relação entre criação artística e instituição na organização social brasileira do século XIX. Alencar atua como escritor, advogado, jornalista, e político, sendo possível afirmar que, na sua obra como literato, o homem público e o artista encontravam uma finalidade comum: "dar um impulso à literatura do seu país" (ALENCAR, 2003:27), contribuindo para a evolução da sociedade, civilizando-a. Segundo Candido:

> [...] O escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma

> posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores (CÂNDIDO, 2010d:83).

Nesse aspecto, considerando o conteúdo da obra e a posição social do autor, é possível pensar a criação literária como um documento histórico localizado espacial e temporalmente, capaz de, através dos elementos de sua estrutura, revelar aspectos da organização das relações sociais, especificamente no que tange à formação da identidade e do desenvolvimento do nacionalismo. Isso porque elementos como os valores e as ideologias contribuem significativamente para a determinação do teor (CÂNDIDO, 2010c:40) da obra, que busca veicular uma dada mensagem a um certo público, também definidos social e historicamente.

4. O GUARANI COMO REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

O romance *O Guarani*[3], de autoria de José de Alencar, foi originariamente publicado entre 1º de janeiro e 20 de abril de 1857 em folhetim, o que nos indica o seu alcance social. O formato da obra, no dizer de Candido, é significativo no que tange ao tipo de comunicação que se deseja estabelecer com o leitor. No Brasil do século XIX, conforme já ressaltado, o grande público dos romances era quase que inteiramente formado por leitores de folhetins, organizados de modo a manter a atenção das senhoras durante os meses de sua publicação.

A obra é dividida em quatro partes: os aventureiros (I); Peri (II); Os Aimorés (III); e A Catástrofe (IV), e relata a história do índio Peri, herói romântico apaixonado por Cecília, filha do fidalgo português Dom Antônio de Mariz. A história se passa às margens do rio Paquequer, na Serra dos Órgãos. O Brasil é representado com "terra da liberdade" (ALENCAR, 1857:4), caracterizada pela sua natureza exuberante, conforme esta passagem, do capítulo de abertura:

> A vegetação nessas paragens ostenta todo o seu luxo e vigor; florestas virgens se estendem ao longo das margens do rio, que corre no meio das arcarias de verdura e dos capitéis ornados pelos leques das palmeiras (ALENCAR, 1857:4).

[3] Os trechos e referências da obra o Guarani utilizados neste trabalho foram retirados da primeira edição, publicada no Rio de Janeiro pela Empreza Nacional do Diário, em 1857, disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00177500/001775_COMPLETO.pdf. Último acesso em: 9/12/2014.

Quadro para uma infinidade de aventuras, a história remete ao passado histórico – há a indicação do ano de 1604 – revelando uma representação do período colonial brasileiro, simbolizado pela presença do colonizador português. Evidencia-se, pela narrativa, a ressignificação da importância social do índio. O "selvagem" é aqui o símbolo maior da brasilidade, um *ideal* de moralidade, representado em sua coragem e pureza de sentimentos (a paixão de Peri, apesar de permear todo o romance, jamais chega a concretizar-se fisicamente, com teor sexual). É possível afirmar que, através da literatura, o autor busca uma nova versão para as origens da sociedade brasileira, considerando o elemento indígena como um dos constitutivos da raça. A passagem seguinte elucida o modo como o índio é *construído*, a partir da recuperação de seu caráter, *injustamente caluniado* pela história oficial:

> Uma larga esteira que descia da eminência até o lugar onde Cecília estivera recostada, mostrava a linha que descrêvera a pedra na passagem, arrancando a relva e ferindo o chão.
>
> D. Antônio, ainda pallido e tremulo do perigo que corrêra Cecília, volvia os olhos daquella terra que se lhe affigurava uma campa, para o selvagem que surgira como um gênio bemfazejo das florestas do Brasil.
>
> [...]
>
> Quanto ao sentimento que dictara esse procedimento, D. Antônio não se admirava; conhecia o caracter dos nossos selvagens, tão injustamente calumniados pelos historiadores; sabia que fóra da guerra e da vingança erão generosos, capazes de uma acção grande e um estimulo nobre (ALENCAR, 1857:20).

Nesse contexto, é possível perceber a recepção das ideias da mestiçagem como dado positivo, conforme ressaltado pelo historiador von Martius em célebre texto publicado originariamente em 1845, para o qual:

> [...] seria um grande erro para todos os principais da historiografia-pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importantes, forças que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população (MARTIUS, 1956: 442)[4].

[4] MARTIUS, Carl F. P. von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Disponível em: www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/textosraros/martius.htm.

As personagens constituem material igualmente rico para a percepção do discurso construído pelo autor: a figura do patriarca português como referência de moralidade; o índio como jovem bravo dotado de grande potencial para o crescimento (o fim simbólico do índio carregando a jovem portuguesa nos braços); o efeito nefasto da colonização da imagem de Loredano; a virgem de cabelos louros e olhos azuis como referência de pureza e castidade. O comportamento linear e a exaltação das virtudes em cada um dos personagens representantes do *bem* acabam por ressaltar o caráter civilizatório da obra, na educação em costumes a que Alencar se propunha com a sua literatura.

É possível, portanto, investigar, a partir da definição do contexto de criação, qual a intencionalidade do emissor do discurso literário, considerado modalidade especial de documento histórico, capaz de revelar dados importantes sobre o modo de organização das relações sociais num dado espaço e tempo.

A história é entendida como um método de investigação e a obra literária como discurso, cujo contexto influi no processo de descoberta do sentido dos enunciados linguísticos. Segundo Skinner, "o contexto social constitui o quadro de análise fundamental que nos permite saber quais os significados que alguém poderia ter tentado comunicar" (SKINNER, 2002:124). Entendida a relação da obra com o seu contexto, da intencionalidade do autor expressa em seus manuscritos, da relação entre o formato da publicação e o projeto civilizatório, é possível reconstruir os significados históricos relacionados ao indigenismo como movimento representante da formação da identidade brasileira no período imperial.

5. CONCLUSÕES

Um sentido compartilhado de brasilidade é uma condição necessária para que se possa constituir uma sociedade política enraizada sobre valores compartilhados. Realizar o projeto da república, por meio de uma desvinculação política e cultural da metrópole, exigiu não apenas o pacto jurídico originário – a constituição – mas a construção de uma ideia de nação que pudesse ser oposta a Portugal. Ainda que se reconheça o hibridismo e a plasticidade próprias da construção simbólica da cultura, era que preciso que, pelo

menos no nível do discurso, o “ser Brasil” se opusesse ao “ser Portugal”. O Brasil, emancipado, precisava se descobrir na maioridade, apartado da figura europeia.

Nesse processo histórico, é possível falar de uma articulação – muitas vezes intencional – entre o discurso político-jurídico, o discurso artístico e o discurso popular. O trânsito de símbolos e significados entre os diversos planos discursivos foi capaz de favorecer a construção de um ideário capaz de sedimentar um sentido de república – por mais artificial que fosse – na nação recém-emancipada.

A literatura se reconhece como protagonista no papel de *civilizar* em costumes um povo carente de uma referência de nação. O texto literário assume a função de ensinar o que representava o ser brasileiro, desde a construção de um mito originário, o mito do bom selvagem, figura retórica que pode ser encontrada não apenas nas páginas romanceadas de um Alencar ou na poesia de Gonçalves Dias, mas em filósofos do iluminismo francês como Jean-Jacques Rousseau, que sedimenta seu fundamento contratual do Estado na ideia originária de um estado de natureza onde os homens são originariamente bons, como Peri, o herói romântico.

Estabelecer um diálogo entre a literatura e o saber jurídico se apresenta como um interessante recurso metodológico para se compreender a construção do Direito como produto histórico, que se ressignifica pela aplicação através de uma hermenêutica permeada pela temporalidade. O intérprete/aplicador é igualmente um ser marcado por seu horizonte de compreensão, forjado simbolicamente na cultura, de modo que o Direito herdado é um Direito construído e reconstruído a partir de diversos planos discursivos, entre os quais se sobressai o discurso literário. O que o intérprete projeta – como sentido pressuposto – ao interpretar o Direito é, na verdade, um universo de referências, significados e bens culturais partilhados por meio da arte, da oralidade, do ambiente familiar, da mídia, do mundo vivido. O sentido de Brasil é, desse modo, um *constructo*, assim como o sentido de direito brasileiro, de república e de constituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. *A Comédia Brasileira*. In: ALENCAR, José de. **O Demônio Familiar: Comédia em 4 Atos**; apresentação e estabelecimento de texto de João Roberto Faria. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. **O Guarany, Romance Brasileiro**. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diário, 1857. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00177500/001775_COMPLETO.pdf. Último acesso em: 09/12/2014.

FARIA, João Roberto. *A Comédia Realista de José de Alencar*. In: ALENCAR, José de. **O Demônio Familiar: Comédia em 4 Atos**; apresentação e estabelecimento de texto de João Roberto Faria. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX**. São Paulo: Global, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Estímulos da Criação Literária*. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária,** 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010a, pg. 51-81.

_____. *A Literatura na Evolução de uma Comunidade*. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária,** 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010b, pg. 147-175.

_____. *A Literatura e a Vida Social*. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010c, pg. 27-49.

_____. *O Escritor e o* Público. In: CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010d, pg. 83-97.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória,** tradução de Bernardo Leitão *et ali*. Campinas: UNICAMP, 1996.

MARTIUS, Carl F. P. von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. **Revista de Historia de América**, 1956, pg. 433-458.

PERRONE-MOYSÉS, Leyla. *Galofilia e galofobia na cultura brasileira.* In: PERRONE-MOYSÉS, Leyla. **Vira e Mexe Nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pg. 50-80.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política,** tradução de João Pedro George. São Paulo: Difel, 2002.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.